

RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.230 - RJ (2018/0235303-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
ADVOGADOS : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**
 LUCIANA MARQUES TOSTO - RJ109395
 LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
 LUIS FELIPE SILVA SOMBRA - RJ156825
RECORRIDO : **FABIO JERONIMO XAVIER**
ADVOGADO : **FÁBIO JERÔNIMO XAVIER - RJ120107**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. COBRANÇA DE TARIFA INTEGRAL PELA CEDAE. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. REDISTRIBUIÇÃO.

DECISÃO

Cuida-se, nestes autos, de recurso especial interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fls. 309-310):

Apelação Cível. Relação de Consumo. Ação de Obrigação de fazer com pedido de Indenização por Danos Morais. Rito Sumário. Cedae. Cobrança de tarifa de esgoto. Controvérsia acerca da legalidade da cobrança de tarifa de esgoto sanitário, ainda quando todas as fases não são prestadas. Autor que nega o tratamento do esgoto. Ré arguindo preliminar de ilegitimidade passiva do Município do Rio de Janeiro, que se afasta. Sendo a prestadora de serviços ao consumidor, legítima a ré para ser demandada. Entendimento de não ser impositiva a aplicação da orientação firmada pelo Colendo STJ em Recurso Repetitivo. Não sendo este o espírito do Art. 543-C, § 7º do CPC, sob pena de ser teratológica a Norma do § 8º do mesmo artigo. Própria Jurisprudência Do STJ que é uníssona serem as decisões proferidas sob o regime repetitivo desprovidas de força vinculante, ante a ausência de norma legal que assim preveja. Temeridade em se admitir pudesse composição momentânea do Tribunal Superior perpetuar determinado entendimento, impedindo discussão sobre a matéria perante os órgãos fracionários, em afronta ao Princípio Constitucional do livre acesso ao Poder Judiciário (Art. 5º, Inciso XXXV DA CF). Fato novo não submetido à apreciação do STJ. Concessionária que aplica tarifa diferenciada, tendo o caso levado ao STJ examinado concessionária que não faz diferenciação de tarifa.

Quebra do princípio da isonomia, ao se exigir que consumidores de

determinada concessionária paguem a tarifa cheia, enquanto outros têm a possibilidade de efetuar o pagamento apenas pelo serviço recebido.

Omissão legislativa que, enquanto perdurar ou não sanada pela via do mandado de injunção, deve ser mitigada pelo Poder Judiciário, posto que o pacto federativo não pode implicar em sufrágio à quebra de isonomia entre consumidores.

Reconhecimento de Prescrição Decenal.

Sentença de procedência do pedido para cancelar tão somente o débito em relação à tarifa de esgoto sanitário, com condenação da ré a restituir em dobro ao autor a quantia comprovadamente paga indevidamente a título de tarifa de esgoto sanitário, que deve ser revista.

Provimento ao recurso do réu para reformar parcialmente a Sentença, no sentido de declarar ilegítima a cobrança da tarifa cheia, determinar a redução da cobrança para tarifa proporcional, fixada em 50% da tarifa cheia, determinando a devolução dos valores cobrados a título de tarifa de esgoto proporcional ao serviço prestado, de forma simples, observada a prescrição decenal.

RECURSO CONHECIDO AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO PARCIAL.

Segundo se colhe do acórdão estadual, a recorrente defende, entre outros fundamentos, a legalidade da cobrança integral da tarifa de esgoto mesmo quando a prestação do serviço pela insurgente é parcial.

Dada essa configuração e tendo em conta que a questão de fundo diz respeito à prestação e cobrança por serviço público, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros das Turmas integrantes da Primeira Seção, nos termos do art. 9º, § 1º, IX, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator